



Simulado Especial

TJ BA

Analista Judiciário
Área Judiciária – Subscrição
Pós-Edital

Simulado

Simulado TJ BA (Analista Judiciário - Área Judiciário - Subscrição)

Nome: _____

INFORMAÇÕES SOBRE O SIMULADO

- 1 - Este simulado conta com questões focadas no concurso TJ BA (Analista Judiciário - Área Judiciário - Subscrição);
- 2 - A prova contém itens que abordam conhecimentos cobrados no edital do concurso;
- 3 - As questões são inéditas e foram elaboradas pelos nossos professores com base no perfil da banca organizadora;
- 4 - Os participantes têm das **8:00** às **12:00** para responder às questões e preencher o Gabarito Eletrônico;
- 5 - O link para preencher o formulário com seu gabarito está localizado logo abaixo destas informações;

PREENCHA SEU GABARITO

<https://bit.ly/Simulado-TJ-BA-06-05>

- | | | | | |
|------------|------------|------------|------------|------------|
| 01 - ABCDE | 13 - ABCDE | 25 - ABCDE | 37 - ABCDE | 49 - ABCDE |
| 02 - ABCDE | 14 - ABCDE | 26 - ABCDE | 38 - ABCDE | 50 - ABCDE |
| 03 - ABCDE | 15 - ABCDE | 27 - ABCDE | 39 - ABCDE | 51 - ABCDE |
| 04 - ABCDE | 16 - ABCDE | 28 - ABCDE | 40 - ABCDE | 52 - ABCDE |
| 05 - ABCDE | 17 - ABCDE | 29 - ABCDE | 41 - ABCDE | 53 - ABCDE |
| 06 - ABCDE | 18 - ABCDE | 30 - ABCDE | 42 - ABCDE | 54 - ABCDE |
| 07 - ABCDE | 19 - ABCDE | 31 - ABCDE | 43 - ABCDE | 55 - ABCDE |
| 08 - ABCDE | 20 - ABCDE | 32 - ABCDE | 44 - ABCDE | 56 - ABCDE |
| 09 - ABCDE | 21 - ABCDE | 33 - ABCDE | 45 - ABCDE | 57 - ABCDE |
| 10 - ABCDE | 22 - ABCDE | 34 - ABCDE | 46 - ABCDE | 58 - ABCDE |
| 11 - ABCDE | 23 - ABCDE | 35 - ABCDE | 47 - ABCDE | 59 - ABCDE |
| 12 - ABCDE | 24 - ABCDE | 36 - ABCDE | 48 - ABCDE | 60 - ABCDE |

LÍNGUA PORTUGUESA*Adriana Figueiredo***TEXTO**

O PRIMEIRO... problema que as árvores parecem propor-nos é o de nos conformarmos com a sua mudez. Desejaríamos que falassem, como falam os animais, como falamos nós mesmos. Entretanto, elas e as pedras reservam-se o privilégio do silêncio, num mundo em que todos os seres têm pressa de se desnudar. Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social que talvez se lhes afigure monstruosamente indiscreta, fundada que está na linguagem articulada, no jogo de transmissão do mais íntimo pelo mais coletivo. Grave e solitário, o tronco vive num estado de impermeabilidade ao som, a que os humanos só atingem por alguns instantes e através da tragédia clássica. Não logramos comovê-lo, comunicar-lhe nossa intemperança. Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo. Ele pende, lápis ou óleo, de nossa parede, mas esse artifício não nos ilude, não incorpora a árvore à atmosfera de nossos cuidados. Capturamos a natureza das árvores. O fumo dos cigarros, subindo até o quadro, parece vagamente aborrecê-la, e certas árvores de Van Gogh, na sua crispação, têm algo de protesto. De resto, o homem vai renunciando a esse processo de captura da árvore através da arte. Uma revista de vanguarda reúne algumas dessas representações, desde uma tapeçaria persa do século IV, onde aparece a palmeira heráldica, até Chirico, o criador da árvore genealógica do sonho, e dá a tudo isso o título: Decadência da Árvore. Vemos através desse documentário que num Claude Lorrain da Pinacoteca de Munique, Paisagem com Caça, a árvore colossai domina todo o quadro, e a confusão de homens, cães e animal acuado constitui um incidente mínimo, decorativo. Já em Picasso a árvore se torna raríssima, e a aventura humana seduz mais o pintor do que o fundo natural em que

ela se desenvolve. O que será talvez um traço da arte moderna, assinalado por Apollinaire, ao escrever: "Os pintores, se ainda observam a natureza, já não a imitam, evitando cuidadosamente a reprodução de cenas naturais observadas ou reconstituídas pelo estudo... Se o fim da pintura continua a ser, como sempre foi, o prazer dos olhos, hoje pedimos ao amador que procure tirar dela um prazer diferente do proporcionado pelo espetáculo das coisas naturais". Renunciamos assim às árvores, ou nos permitimos fabricá-las à feição dos nossos sonhos, que elas, polidamente, se permitem ignorar.

(Adaptado de: ANDRADE, Carlos Drummond de. "A árvore e o homem", em Passeios na Ilha, Rio de Janeiro: José Olympio, 1975, p. 7-8)

01. De acordo com o autor do texto,

- a) É privilégio do ser humano a capacidade de comunicação.
- b) Em Picasso, por ser rara, a natureza se evidencia como o essencial de sua arte
- c) O ser humano domestica a natureza ao categorizá-la como arte.
- d) Diferentemente dos animais, as árvores são incapazes de se comunicar.
- e) O compartilhamento de intimidade na socialização parece indiscreto às árvores.

02. Depreende-se dos três últimos períodos do texto que:

- a) O amador é aquele incapaz de atrair o desejo para o natural.
- b) Uma crítica aos artistas modernos.
- c) A cópia do natural já não encontra mais espaço na arte, cabendo apenas a interpretação do artista.
- d) Quadros que retratam árvores ficaram no passado.
- e) O fim da pintura enquanto arte está próximo.

03. Transpondo-se para a voz passiva a frase *Capturamos a natureza das árvores*, obtém-se a forma verbal

- a) são capturadas
- b) é capturada
- c) foram capturadas
- d) tem sido capturada
- e) será capturada

04. “Fiéis a si mesmas, decididas a guardar um silêncio que não está à mercê dos botânicos, procuram as árvores ignorar tudo de uma composição social”

Como recurso de coesão, pode-se substituir os elementos sublinhados por:

- a) guardá-lo / procuram-nas
- b) guardar-lo / procuram elas
- c) guardar-lhe / procuram-nas
- d) guardá-lo / procuram elas
- e) guardá-lhe / procuram-nas

05. Está inadequado o emprego do verbo **propor** na frase:

- a) O poeta ficará surpreso se as árvores lhe proporem algum problema;
- b) O poeta não acredita que as árvores lhe proponham algum problema;
- c) O poeta não acreditava que as árvores lhe propusessem algum problema;
- d) O poeta ficava surpreso quando as árvores lhe propunham algum problema;
- e) O poeta fica surpreso quando as árvores lhe propõem algum problema.

06. As normas de concordância verbal estão plenamente observadas na frase:

- a) Não ocorrerão investigação satisfatória sem a análise das minúcias e sem o depoimento das testemunhas.
- b) A beleza fugaz da natureza invadida pelo homem não condizem com as releituras artísticas já feitas.
- c) O que importam nessas estreias são os diferentes públicos que prestigiam.
- d) A determinação de um povo e a coragem de seu líder mostram-se capazes de romper barreiras.
- e) Torcemos para que hajam conquistas relevantes para as duas equipes.

07. Está plenamente adequado o emprego do elemento sublinhado na frase:

- a) Os termos com que discordaram os gerentes será revisto.
- b) Os funcionários aos quais apontou como suspeitos estão em observação.
- c) Os alunos de cujos feitos nos orgulhamos foram bem classificados no concurso.
- d) O conto o qual não se lembravam foi o vitorioso na mostra artística.
- e) O júri no qual fazemos parte será recompensado pelo serviço prestado.

08. “Então, incapazes de trazê-lo à nossa domesticidade, consideramo-lo um elemento da paisagem, e pintamo-lo”.

Os pronomes destacados no trecho acima fazem referência:

- a) às árvores
- b) ao tronco
- c) ao jogo de transmissão
- d) ao coletivo
- e) ao fumo

09. Assinale a alternativa que apresenta o vocábulo destacado em “Não importa o grau de consciência política **que** o indivíduo possui” com o mesmo comportamento morfossintático.

- a) “É fácil de constatar que as ideias...”
- b) “conseguir que cada indivíduo se torne autônomo”
- c) “quanto as que terão consequências coletivas”
- d) É o caminho que devemos construir
- e) “...preocupações que atormentam o homem...”

10. De acordo com a norma-padrão da língua portuguesa, o acento indicador de crase é obrigatório na palavra destacada em:

- a) **Aqueles** que me incentivaram devo o meu agradecimento.
- b) O aquecimento global agravou **a** situação climática de todos os países.
- c) Em relação **a** compras no cartão, ninguém conseguia se organizar.
- d) Encontraram **aqueles** que se diziam heróis.
- e) Os jovens soldados deviam obediência **a** superiores na hierarquia.

MATEMÁTICA E RACIOCÍNIO LÓGICO

Eduardo Mocellin

11. Suponha que, em um setor do TJ BA, 60% dos servidores usam relógio. Considerando que, do total de servidores, 60% são do sexo masculino e, destes, 40% usam relógio, a porcentagem de servidores do sexo feminino que usam relógio com relação ao total de servidores do setor é:

- a) 24%
- b) 28%
- c) 32%
- d) 36%
- e) 38%

12. Considere que X é o produto $3498356816 \times 3251334248$. O resto da divisão de X por 5 é igual a:

- a) 0
- b) 1
- c) 2
- d) 3
- e) 4

13. Se Marcos é engenheiro, então João é carpinteiro. Se Leonardo é concursado, então João não é carpinteiro. Se Leonardo não é concursado, então Natan é fazendeiro. Sabe-se que Natan não é fazendeiro. A partir dessas informações é possível concluir corretamente que

- a) Leonardo é concursado ou Marcos é engenheiro
- b) Marcos é engenheiro ou João é carpinteiro.
- c) João é carpinteiro e Natan não é fazendeiro.
- d) Marcos não é engenheiro e Leonardo não é concursado.
- e) João não é carpinteiro e Leonardo não é concursado.

14. Observe a sequência a seguir:

$$\frac{1}{2023}; \frac{3}{2022}; \frac{9}{2019}; \frac{27}{2010}; \frac{81}{1983}; \dots$$

Mantendo-se o padrão da sequência, considere que X é a primeira fração maior do que 1. O valor de $X - 1$ é:

- a) $\frac{45}{490}$
- b) $\frac{750}{685}$
- c) $\frac{684}{850}$
- d) $\frac{1257}{930}$
- e) $\frac{1280}{1659}$

15. Corujêncio, renomado professor de estatística, estudou uma amostra relativa a notas obtidas por seus alunos em uma prova.

A amostra, composta por cinco notas, é a seguinte: 5, 10, 6, 4 e 5.

A variância amostral das notas é igual a:

- a) 4,4
- b) 4,8
- c) 5,5
- d) 6,3
- e) 6,6

LEGISLAÇÃO

Tiago Zanolla

16. A respeito da divisão judiciária do estado da Bahia, consoante a Lei n. 10.845/2007, julgue as questões a seguir.

- a) Cada comarca corresponderá a um Município.
- b) Os municípios que não forem sedes de comarcas serão qualificados como distritos judiciários.
- c) Circunscrição Judiciária, o agrupamento de Comarcas e Regiões Judiciárias.
- d) À instalação da Comarca precederá, pelo menos, o provimento de um cargo de Juiz, um de Escrivão, um de Tabelião, um de Oficial de Justiça Avaliador e dois de Escrevente de Cartório.
- e) As comarcas classificam-se em 3 (três) entrâncias, denominadas: inicial, intermediária e final.

17. A classificação e a reclassificação das Comarcas, por entrâncias, dependerão de lei, e obedecerão a fatores objetivos, relacionados com a extensão territorial, o número de habitantes, o colégio eleitoral, o movimento forense e a receita tributária, observado, no caso de elevação de entrância inicial para intermediária a população mínima de mais de

- a) 25.000 mil habitantes
- b) 35.000 mil habitantes
- c) 50.000 mil habitantes
- d) 55.000 mil habitantes
- e) 80.000 mil habitantes

18. São órgãos do Poder Judiciário do Estado da Bahia, exceto

- a) O Tribunal de Justiça
- b) Os Juízes de Paz
- c) Os Juízes de Direito
- d) As Turmas Recursais dos Juizados Especiais
- e) O Conselho Superior da Magistratura

19. Consoante o Regime Jurídico dos Servidores do Estado da Bahia, não é forma de provimento

- a) nomeação
- b) reintegração
- c) aproveitamento
- d) recondução
- e) promoção

20. Acerca das regras de eleição consubstanciadas no Regimento Interno, a eleição para Presidente do Tribunal será

- a) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- b) realizada em sessão convocada para a primeira sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- c) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de novembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- d) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, no primeiro dia útil imediato, com a presença de maioria absoluta membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.
- e) realizada em sessão convocada para a segunda sexta-feira do mês de dezembro, ou, não havendo expediente, na primeira sexta-feira útil subsequente, com a presença de dois terços dos membros efetivos do Tribunal. Não havendo quórum, considerar-se-á a sessão convocada para os dias úteis subsequentes até que se efetue a eleição.

DIREITO CONSTITUCIONAL

Nelma Fontana

21. Analise a narrativa a seguir.

- I. Um grupo de vinte e sete Senadores subscreveu proposta de emenda constitucional;
- II. A proposta tinha como objetivo adotar a forma unitária de Estado;
- III. Parte do país foi atingida por calamidade natural de grande proporção nesse período;
- IV. A proposta foi aprovada, em dois turnos de votação, em cada Casa do Congresso Nacional, pelo voto de dois terços dos respectivos membros;
- V. A proposta foi promulgada pelo Mesa do Congresso Nacional.

Considerando a forma de exercício do poder constituinte derivado, é correto afirmar que somente estão em harmonia com a sistemática constitucional os itens

- a) I, III e IV
- b) I, IV e V
- c) I e III
- d) III e IV
- e) II e V

22. Considere as seguintes normas do texto constitucional:

Art. 8º, inciso IV – “A assembleia geral fixará a contribuição que, em se tratando de categoria profissional, será descontada em folha, para custeio do sistema confederativo da representação sindical respectiva, independentemente da contribuição prevista em lei”.

Art. 5º, inciso XXII – “É garantido o direito de propriedade”.

Art. 196 – “A saúde é direito de todos e dever do Estado, garantido mediante políticas sociais e econômicas que visem à redução do risco de doença e de outros agravos e ao acesso universal e igualitário às ações e serviços para sua promoção, proteção e recuperação”.

Assinale a alternativa que indica, correta e respectivamente, a classificação das normas constitucionais elencadas no tocante à sua eficácia.

- a) Norma de eficácia contida, norma de eficácia plena e norma programática;
- b) Norma de eficácia limitada, norma de eficácia contida e norma de eficácia plena;
- c) Norma programática, norma de eficácia limitada e norma de eficácia contida;
- d) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio programático;
- e) Norma de eficácia plena, norma de eficácia contida e norma de eficácia limitada de princípio institutivo.

23. A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos. A respeito dos direitos políticos e do sistema democrático adotado no Brasil, é correto afirmar:

- a) O militar alistável somente é elegível se afastado da atividade.
- b) A perda de direitos políticos só se dará no caso de condenação criminal.
- c) Para concorrerem a outros cargos, o Presidente da República, os Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos devem renunciar aos respectivos mandatos até seis meses antes do pleito.
- d) São características do voto a personalidade, a obrigatoriedade, a liberdade, a publicidade e a periodicidade.
- e) O alistamento eleitoral e o voto são facultativos para analfabetos, brasileiros maiores de 16 anos e menores de 18 anos e brasileiros maiores de 65 anos.

24. Acerca do Poder Judiciário, está INCORRETO o que se afirma em:

- a) Os juízes gozam de vitaliciedade, inamovibilidade e irredutibilidade de subsídio.
- b) As propostas orçamentárias elaboradas pelos Tribunais podem ser discricionariamente alteradas pelo Poder Executivo.
- c) O acesso aos tribunais de segundo grau far-se-á por antiguidade e merecimento, alternadamente, apurados na última ou única entrância.
- d) Compete ao Supremo Tribunal Federal processar e julgar, originariamente, a ação direta de inconstitucionalidade de lei ou ato normativo federal ou estadual e a ação declaratória de constitucionalidade de lei ou ato normativo federal.
- e) Compete aos juízes federais o julgamento dos crimes contra a organização do trabalho.

25. A respeito do Ministério Público, indique a assertiva correta.

- a) O Ministério Público abrange o Ministério dos Estados e o Ministério Público Federal, que compreende o Ministério Público do Trabalho, o Ministério Público Militar e o Ministério Público do Distrito Federal e Territórios.
- b) O Ministério Público da União tem por chefe o Procurador-Geral da República, nomeado pelo Presidente da República dentre integrantes de lista tríplice elaborada pelo próprio Ministério Público, após a aprovação de seu nome pela maioria absoluta dos membros do Senado Federal, para mandato de dois anos, permitida uma recondução.
- c) É função institucional do Ministério Público a defesa dos direitos individuais e coletivos dos necessitados.
- d) O Conselho Nacional do Ministério Público compõe-se de quatorze membros nomeados pelo Presidente da República, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal, para um mandato de dois anos, vedada a recondução.
- e) Unidade, indivisibilidade e independência funcional são princípios institucionais do Ministério Público.

26. Acerca do controle de constitucionalidade, marque a alternativa INCORRETA.

- a) Por força do princípio da subsidiariedade, a arguição de descumprimento de preceito fundamental só será admitida se não couber, na hipótese, outro meio capaz de sanar a lesividade.
- b) Declarada a inconstitucionalidade por omissão de medida para tornar efetiva norma constitucional, será dada ciência ao Poder competente para a adoção das providências necessárias e, em se tratando de órgão administrativo, para fazê-lo em trinta dias.
- c) Para que a ação declaratória de constitucionalidade seja admitida, será preciso demonstrar, na petição inicial, que existe controvérsia doutrinária ou judicial a respeito da interpretação ou da aplicação da lei ou do ato normativo federal.
- d) Observado o prazo legal, para reformular o acórdão proferido em ação direta de inconstitucionalidade, qualquer legitimado ativo da ação poderá apresentar ação rescisória.
- e) Nem todos os que podem propor ação direta de inconstitucionalidade são legitimados à propositura da ação declaratória de constitucionalidade.

27. Diego é italiano nato e brasileiro naturalizado. Em 2020, praticou o crime de homicídio na Itália. Em 2022, a Itália solicitou ao Brasil a extradição de Diego. Sabendo que o crime fora praticado na Itália após Diego ter se naturalizado brasileiro, indique a assertiva correta, como prescreve a Constituição Federal.

- a) Compete ao Superior Tribunal de Justiça processar e julgar, originariamente, os pedidos de extradição formulados por Estados estrangeiros.
- b) A Constituição Federal não admite a extradição de brasileiros.
- c) A Constituição Federal apenas permite extradição de brasileiro naturalizado por crime praticado antes da naturalização.
- d) Diego poderá ser extraditado, desde que cumpridas as formalidades da lei brasileira.
- e) Diego não poderá ser extraditado do Brasil, porque o crime de homicídio foi praticado após a naturalização, momento em que a Constituição Federal apenas admite a extradição por tráfico ilícito de substância entorpecente e drogas afins.

28. A respeito do Poder Executivo, aponte a assertiva que contém competência do Presidente da República delegável ao Advogado-Geral da União.

- a) vetar projetos de lei, total ou parcialmente;
- b) organização e funcionamento da administração federal, quando não implicar aumento de despesa nem criação ou extinção de órgãos públicos.
- c) decretar e executar a intervenção federal.
- d) nomear membros do Conselho da República.
- e) conferir títulos e condecorações.

29. A respeito da competência para legislar sobre responsabilidade por dano ao meio ambiente, indique a alternativa correta, conforme disposto na Constituição Federal.

- a) Compete privativamente à União legislar sobre dano ao meio ambiente, embora a competência para legislar sobre proteção do meio ambiente e controle da poluição seja concorrente.
- b) Sendo a responsabilidade por dano ao meio ambiente decorrente dos assuntos de interesse regional, conforme a realidade do lugar, a competência legislativa é privativa dos estados e do Distrito Federal.
- c) A União, mediante lei complementar, poderá delegar aos estados e ao Distrito Federal a competência para legislar sobre assuntos específicos pertinentes ao dano ao meio ambiente.
- d) A competência para legislar sobre dano ao meio ambiente é concorrente, cabendo à União dispor sobre as normas gerais e, aos estados, sobre as normas específicas.
- e) As normas gerais supervenientes editadas pela União acerca do tema revogam as leis estaduais nos pontos contrários.

30. A criação de regiões metropolitanas, aglomerações urbanas e microrregiões, constituídas por agrupamentos de municípios limítrofes, para integrar a organização, o planejamento e a execução de funções públicas de interesse comum é competência

- a) dos Estados, mediante lei complementar.
- b) da União, por lei complementar.
- c) do Município, mediante lei.
- d) da União, por lei aprovada pelo Congresso Nacional.
- e) dos Estados, por lei aprovada pela Assembleia Legislativa.

DIREITO ADMINISTRATIVO*Fabiano Pereira*

31. Em relação às características das entidades da Administração Pública Indireta, assinale a alternativa correta:

- a) As Fundações Públicas de Direito Público dispõem de imunidade tributária e possuem o seu regime de pessoal celetista;
- b) O foro judicial da Sociedade de Economia Mista Federal, quando na condição de ré em ações judiciais, é a Justiça Estadual;
- c) Todos aqueles que possuem créditos a receber de autarquias deverão promover a cobrança no prazo máximo de 02 (dois) anos, sob pena de prescrição;
- d) Atualmente, caso as Empresas Públicas desejem realizar uma licitação, estarão proibidas de observar as regras da Lei n.º 14.133/21;
- e) Os bens das empresas públicas são considerados públicos, portanto, são considerados impenhoráveis, imprescritíveis e inalienáveis.

32. A Secretaria Ambiental da Prefeitura de Salvador publicou uma portaria com vício de forma. Em seguida, editou ato administrativo concedendo licença e férias à servidora Laura, mesmo ela não tendo direito à licença. Mais tarde, a Secretaria publicou uma nova portaria, sem vício de forma, convalidando a anterior, e um novo ato administrativo, mantendo apenas a concessão das férias à servidora Laura.

No caso fictício em tela ocorreu

- a) ratificação em ambos os casos;
- b) conversão em ambos os casos;
- c) ratificação, no caso da portaria, e reforma, no caso do ato administrativo de concessão de férias;
- d) reforma em ambos os casos;
- e) reforma, no caso da portaria, e conversão, no caso do ato administrativo de concessão de férias.

33. O Estado da Bahia, por meio de licitação, contratou a empresa privada *Portti Construtora* para a edificação de uma ponte ligando o centro de lazer náutico *Bahia Marina* ao *Terminal Marítimo de Vera Cruz*. A empresa privada realizou modificações no orçamento da obra de engenharia, o que gerou um desequilíbrio econômico-financeiro do contrato a seu favor. Segundo a Lei n.º 14.133/2021, o dano causado ao patrimônio do Estado da Bahia pode ser chamado de:

- a) sobrepreço;
- b) sobrelucro;
- c) super rendimento;
- d) reajustamento;
- e) superfaturamento.

34. A Lei Estadual da Bahia n.º X estabeleceu, em seu artigo 20, parágrafo único, que os Juízes das Turmas Recursais serão substituídos em suas faltas, afastamentos, férias, licenças, ausências e impedimentos em conformidade com as regras aprovadas pelo Órgão Especial do Tribunal de Justiça. Em 04 de abril de 2023, o referido Órgão Especial publicou a Resolução nº Z, que trata da atuação de juízes suplentes no âmbito das Turmas Recursais dos Juizados Especiais do Estado.

Em relação aos poderes administrativos, a resolução citada decorre do poder:

- a) de polícia;
- b) vinculado;
- c) disciplinar;
- d) normativo;
- e) regimental.

35. Doquinha e Coxinha são servidores públicos, sendo o primeiro chefe do segundo. Ambos participaram de um evento interno de boas práticas na Secretaria Estadual de Segurança Pública do Estado da Bahia. Coxinha foi eleito o servidor que apresentou a melhor prática no evento. Doquinha, insatisfeito com o resultado, removeu Coxinha para uma cidade distante, com o objetivo de impedi-lo de participar futuramente de eventos similares. Neste caso, Doquinha:

- a) deveria ter obtido a aprovação da autoridade superior para realizar a remoção.
- b) agiu conforme suas competências legais e não praticou qualquer irregularidade.
- c) poderia ter efetuado a remoção, já que possui poder hierárquico para tal.
- d) só poderia ter realizado a remoção, com esse motivo, após a instauração de um processo administrativo.
- e) cometeu desvio de poder.

36. Bernardo, governador do Estado da Bahia, criou uma autarquia responsável pela execução dos trabalhos de limpeza pública e coleta de resíduos sólidos. No entanto, após dois anos de funcionamento, o governador, por meio de decreto, redirecionou a atuação da entidade para uma finalidade diferente daquela prevista na lei, com o objetivo de facilitar para que outra empresa privada de limpeza, líder de mercado e ligada ao seu sogro, pudesse atuar no Estado.

Com base no caso fictício em tela, podemos concluir que:

- a) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da especialidade e da moralidade;
- b) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da motivação e da isonomia;
- c) Bernardo atentou contra os princípios administrativos da legalidade e da igualdade;
- d) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da indisponibilidade;
- e) Bernardo atentou contra o princípio administrativo da razoabilidade.

37. Cláudia Magalhães, prefeita de Salvador, é de família abastada ligada à empresa privada *Portti Construtora*, que já realizara diversas parcerias com o Estado da Bahia durante seus mais de 50 anos de atuação no mercado. Após surgirem indícios de que Cláudia cometeu atos de improbidade administrativa em seu segundo mandato como prefeita, referentes a licitações fraudulentas em obras pela capital, o cidadão Victor formulou representação contra a prefeita ao Ministério Público do Estado.

De acordo com a lei de improbidade administrativa (Lei Federal n.º 8.429/92), qual das alternativas abaixo é correta?

- a) Victor, por ser cidadão, não tem legitimidade para representar o caso às autoridades competentes, tendo apenas o Ministério Público da Bahia o direito de abrir inquérito;
- b) para evitar a ocorrência de novos ilícitos, o Ministério Público da Bahia tem o poder de determinar o afastamento de Cláudia de suas funções, sem a preservação de sua remuneração;
- c) é proibida a decretação de indisponibilidade do bem de família de Cláudia, a não ser que seja comprovado que o imóvel adquirido é fruto de vantagem patrimonial indevida;
- d) se Cláudia vier a falecer e ficar comprovado que ela causou prejuízos ao erário, seus herdeiros serão responsáveis integralmente pelos danos causados.
- e) caso comprovado enriquecimento ilícito por parte de Cláudia, as suas cominações serão, dentre outras, perda de função pública e multa civil equivalente ao valor do dano.

38. Em relação ao controle da Administração Pública, é possível afirmar que as empresas públicas:

- a) estão sujeitas ao controle externo do Poder Judiciário somente após o esgotamento das possibilidades de resolução pela via administrativa;
- b) não estão submetidas a nenhum tipo de controle externo por parte dos Poderes Executivo ou Legislativo, contudo, podem ser controladas pelo Poder Judiciário, de acordo com o princípio da segurança jurídica;
- c) não estão sujeitas a nenhum tipo de controle externo, visto que não fazem parte da Administração Direta e possuem personalidade jurídica de direito privado;
- d) estão sujeitas ao controle externo do Poder Executivo ao qual estão subordinadas, porém, não estão sujeitas ao controle dos Poderes Legislativo ou Judiciário, em respeito ao princípio da separação dos poderes;
- e) estão sujeitas ao controle externo exercido pelo Poder Legislativo, o qual é auxiliado pelo Tribunal de Contas.

39. De acordo com a Lei Estadual n.º 12.209/2011, que trata do processo administrativo no Estado da Bahia, considere as seguintes assertivas.

- I. A interpretação da norma administrativa deve priorizar o cumprimento do objetivo público que se destina, permitindo a aplicação retroativa de uma nova interpretação para atos que já foram publicados, desde que isso garanta um melhor atendimento ao fim público;
- II. Se o requerente morrer durante o processo, os prazos processuais só terão início a partir da data em que o sucessor for intimado da decisão que reconhece sua legitimidade;
- III. É garantida, em todas as instâncias, a prioridade no andamento dos processos administrativos e na execução dos atos e diligências em que o requerente ou interveniente tiver setenta anos ou mais, conforme regulamentação específica;
- IV. A motivação da decisão, mesmo que tomada por órgão colegiado ou comissão, deve estar registrada em uma ata ou documento escrito que fará parte do próprio ato;
- V. Na ausência de disposição específica, as autoridades competentes e os envolvidos no processo devem realizar seus atos no prazo máximo de 5 dias.

Está correto o que se afirma SOMENTE em

- a) I
- b) II e III
- c) II, III e V
- d) II e IV
- e) I, III e V

40. O regime jurídico administrativo se refere às peculiaridades do direito que se aplicam às relações entre o Estado e os cidadãos no exercício da função administrativa. Com base na doutrina tradicional, qual das alternativas abaixo representa uma característica do regime jurídico administrativo?

- a) A supremacia do interesse público sobre o interesse privado, permitindo que a Administração Pública atue de forma discricionária em todas as suas decisões.
- b) A Administração Pública deve observar os princípios constitucionais da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, mas não está sujeita ao controle do Poder Judiciário.
- c) A existência de prerrogativas e restrições específicas para a Administração Pública, garantindo a observância do princípio da isonomia.
- d) A submissão da Administração Pública apenas às normas de Direito Público, excluindo-se a aplicação de normas de Direito Privado.
- e) A Administração Pública pode agir de acordo com sua conveniência e oportunidade, sem necessidade de fundamentar suas decisões.

DIREITO CIVIL*Mário Godoy*

- 41.** Com relação aos conflitos de leis no tempo, assinale a alternativa correta.
- a) Nos Estados estrangeiros, a obrigatoriedade da lei brasileira, quando admitida, se inicia 90 dias depois de oficialmente publicada.
 - b) Se, antes de entrar a lei em vigor, ocorrer nova publicação do seu texto, destinada a correção, o prazo de *vacatio legis* continua a correr desde a publicação originária.
 - c) As correções a texto de lei já em vigor consideram-se lei nova.
 - d) A lei nova, que estabeleça disposições gerais a par das disposições especiais já existentes tem o condão de revogar estas últimas.
 - e) Quando a lei for omissa, o juiz decidirá o caso de acordo com a analogia, os costumes, os princípios gerais do direito e a equidade.
- 42.** Com relação à pessoa jurídica, assinale a alternativa correta.
- a) Partidos políticos são pessoas jurídicas de direito público interno.
 - b) Começa a existência legal das pessoas jurídicas com a formalização do seu ato constitutivo, seguida do início de suas atividades.
 - c) Prescreve em 3 anos o direito de anular a constituição das pessoas jurídicas de direito privado por defeito do ato respectivo.
 - d) Se a pessoa jurídica tiver administração coletiva, as decisões tomar-se-ão por maioria absoluta, salvo se o ato constitutivo dispuser de modo diverso.
 - e) Decai em 3 anos o direito de anular as decisões tomadas pela administração coletiva da pessoa jurídica quando viciadas por simulação.

- 43.** Com relação aos defeitos do negócio jurídico, assinale a alternativa correta.
- a) Credores com garantia real não podem pleitear a anulação dos atos praticados em fraude contra credores.
 - b) Só os credores que já eram tais ao tempo dos atos fraudulentos podem pleitear sua anulação por fraude contra credores.
 - c) A ação pauliana poderá ser intentada contra o devedor insolvente, a pessoa que com ele celebrou a estipulação fraudulenta, ou terceiros adquirentes, independentemente de boa-fé ou de má-fé.
 - d) O credor quirografário, que receber do devedor insolvente o pagamento de dívida ainda não vencida, não ficará obrigado a repor, em favor do acervo sobre que se tenha de efetuar o concurso de credores, aquilo que recebeu.
 - e) Anulados os negócios fraudulentos, a sentença terá efeito *ex tunc*, de modo a reverter as vantagens resultantes da fraude contra credores ao patrimônio do devedor insolvente.
- 44.** Com relação aos contratos em geral, assinale a alternativa correta.
- a) Na estipulação em favor de terceiro, o estipulante pode exigir o cumprimento da obrigação.
 - b) O estipulante, ao promover uma estipulação em favor de terceiro, pode reservar-se o direito de substituir o terceiro designado no contrato, desde que haja anuência do outro contratante.
 - c) Na promessa de fato de terceiro, o promitente e o terceiro responderão solidariamente por perdas e danos em caso de inexecução contratual.
 - d) No contrato com pessoa a declarar, a indicação do terceiro deve ser comunicada à outra parte no prazo de 10 dias da conclusão do contrato, se outro não tiver sido estipulado.
 - e) A pessoa nomeada no contrato com pessoa a declarar adquire os direitos e assume as obrigações decorrentes a partir do momento em que sua nomeação for comunicada à outra parte.

45. Com relação às espécies de contratos regulados no Código Civil, assinale a alternativa correta.

- a) O preço na compra e venda deve ser predeterminado, e portanto não pode ter sua fixação deixada em função das taxas de mercado ou de bolsa.
- b) É anulável o contrato de compra e venda quando se deixa ao arbítrio exclusivo de uma das partes a fixação do preço.
- c) Salvo cláusula em contrário, ficarão a cargo do comprador as despesas de tradição, a exemplo do frete.
- d) É anulável a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes expressamente houverem consentido, sendo de 2 anos, a contar da conclusão do ato, o prazo decadencial para se promover a anulação.
- e) É lícita a compra e venda entre cônjuges, com relação aos bens integrantes da comunhão.

DIREITO PENAL

Priscila Silveira

46. Lucas foi definitivamente condenado pela prática de crime punido com reclusão de um a quatro anos. Após o cumprimento de trinta por cento da pena aplicada, adveio nova lei, que passou a punir o crime por ele praticado com detenção de 6 meses a três anos. Nessa situação,

- a) a lei nova não se aplicará a Lucas, ainda que benéfica, tendo em vista que sua condenação já havia transitado em julgado.
- b) trata-se de hipótese de *novatio legis incriminadora*, e por tal razão, a lei nova não se aplicará a Lucas.
- c) não poderá ser aplicada a nova lei, diante da irretroatividade da lei penal.
- d) trata-se de hipótese de *novatio legis in pejus*, e em assim sendo, a lei nova não se aplicará a Lucas.
- e) a lei nova se aplicará a Lucas, ainda que sua condenação já tenha transitado em julgado.

47. Em uma embarcação pública estrangeira, em mar localizado no território da Argentina, Joaquim, uruguaio residente no Brasil, que conseguiu se infiltrar no navio passando-se por funcionário da cozinha, já planejando o cometimento do delito, atenta contra a vida do presidente do Brasil. O presidente do Brasil, porém, é socorrido e se recupera, enquanto Joaquim é identificado e preso na Bahia, um mês após os fatos. Diante da situação narrada trata-se de hipótese de extraterritorialidade

- a) incondicionada, e poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- b) condicionada, e não poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime tenha sido absolvido ou condenado no estrangeiro.
- c) condicionada, e poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que não tenha sido pedida ou foi negada a extradição.
- d) incondicionada, e poderá ser aplicada a lei brasileira, ainda que o autor do crime não tenha sido perdoado no estrangeiro ou, por outro motivo, não estar extinta a punibilidade, segundo a lei mais favorável.
- e) condicionada, e poderá ser aplicada a lei brasileira, desde que haja requisição do Ministro da Justiça.

48. Considere a seguinte situação hipotética. Em 25 de abril de 2022, entrou em vigor uma lei temporária que vigoraria até o dia 22 de abril de 2023, a qual se preceituou que o aborto, em qualquer de suas modalidades, nesse período, não seria crime. Assim sendo, Maria Eduarda praticou aborto doloso e voluntário no dia 20 de fevereiro de 2023, mas somente veio a ser denunciada no dia 03 de maio de 2023. Na situação hipotética,

- a) não se aplica a lei temporária, mas sim a lei em vigor ao tempo da denúncia, diante do princípio da ultra-atividade.
- b) deverá ser aplicada a lei de quando Maria Eduarda praticou o fato, em razão da ultra-atividade da norma.
- c) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.
- d) poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.
- e) não poderá ser aplicada a lei em vigor na data do fato, diante da necessidade da retroatividade da lei penal benéfica.

49. Bárbara recebeu, inadvertidamente, uma nota falsa de R\$ 20,00 (vinte reais) e não se recorda mais de quem a obteve. A nota em questão foi recusada em diversas oportunidades em estabelecimentos comerciais que dispunham de equipamento apropriado à verificação da autenticidade de papel-moeda. Mesmo assim, e sentindo-se injustiçada por ter recebido a nota falsa de boa-fé, como se verdadeira fosse, e não querendo ficar no prejuízo, repassou-a em outro estabelecimento. Diante da situação narrada, assinale a opção correta:

- a) Bárbara não cometeu crime algum, pois recebeu as notas em questão de boa-fé, o que torna o fato atípico.
- b) Bárbara cometeu crime de moeda falsa na forma privilegiada, pois repassou as notas sabendo serem falsas.
- c) Bárbara cometeu o crime de falsificação de moeda falsa, aplicando-se causa de atenuante de pena em razão de ter apenas repassado as notas e não ter realizado a falsificação.
- d) Bárbara cometeu o crime de moeda falsa na modalidade culposa, e em razão disso terá a pena diminuída de 1 a 2/3.
- e) Bárbara cometeu o crime de falsidade ideológica privilegiada, e por esse motivo, terá extinta sua punibilidade.

50. Felipe, com 18 anos de idade, dirigindo um automóvel em excesso de velocidade, atropelou um pedestre que, em razão dos ferimentos, veio a falecer. Seu pai, Manoel, em atitude de solidariedade com uma mescla de desespero, assume a autoria do crime. Manoel, teria, em tese, praticado o crime de

- a) favorecimento pessoal.
- b) favorecimento real.
- c) autoacusação falsa.
- d) denúncia caluniosa.
- e) falsa comunicação de crime ou contravenção.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Thállius Moraes

51. No curso de um processo cível, ficou comprovado que Antônio, que figura como réu nessa ação, interpôs recurso com intuito manifestamente protelatório, uma vez que queria ganhar tempo e tentar convencer o autor a celebrar um acordo. Considerando a situação hipotética, assinale a alternativa correta conforme as regras traçadas pelo CPC.

- a) Antônio será considerado litigante de má-fé, ficando sujeito a uma multa superior a um por cento e inferior a dez por cento do valor corrigido da causa, dentre outras consequências.
- b) Antônio será considerado litigante de má-fé, ficando sujeito a uma multa de até vinte por cento do valor corrigido da causa, dentre outras consequências.
- c) Antônio não será considerado litigante de má-fé pela conduta narrada, mas será condenado ao pagamento das custas.
- d) Antônio não será considerado litigante de má-fé pela conduta narrada, mas será condenado pagamento dos honorários advocatícios e das demais despesas efetuadas pelo autor.
- e) Antônio não será considerado litigante de má-fé pela conduta narrada, inexistindo, nesse caso, o dever de arcar com os honorários advocatícios da outra parte.

52. Acerca dos impedimentos e suspeições do juiz, segundo o Código de Processo Civil, assinale a alternativa correta.

- a) Há suspeição do juiz interessado no julgamento do processo em favor de qualquer das partes.
- b) Há impedimento do juiz que for amigo íntimo ou inimigo de qualquer das partes ou de seus advogados.
- c) Há impedimento do juiz quando qualquer das partes for sua credora ou devedora, de seu cônjuge ou companheiro ou de parentes destes, em linha reta até o terceiro grau, inclusive.
- d) Há suspeição do juiz no processo em que figure como parte cliente do escritório de advocacia de seu cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inclusive.
- e) Há suspeição do juiz quando promover ação contra a parte ou seu advogado

53. Sobre os atos processuais no processo civil, aponte a alternativa incorreta.

- a) Os atos processuais serão realizados em dias úteis, das 6 (seis) às 20 (vinte) horas.
- b) Independentemente de autorização judicial, as citações, intimações e penhoras poderão realizar-se no período de férias forenses, nos feriados ou nos dias úteis fora do horário estabelecido no CPC.
- c) Processam-se durante as férias forenses, onde as houver, e não se suspendem pela superveniência delas a ação de alimentos.
- d) Além dos declarados em lei, são feriados, para efeito forense, os sábados, os domingos e os dias em que não haja expediente forense.
- e) Quando o ato tiver de ser praticado por meio de petição em autos não eletrônicos, essa deverá ser protocolada até as 24 (vinte e quatro) horas do último dia do prazo.

54. Acerca da prova documental, assinale a alternativa correta

- a) O documento público faz prova não só da sua formação, mas também dos fatos que o escrivão, o chefe de secretaria, o tabelião ou o servidor declarar que ocorreram em sua presença.
- b) O documento feito por oficial público incompetente ou sem a observância das formalidades legais, ainda que subscrito pelas partes, não terá qualquer eficácia probatória.
- c) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por prova testemunhal.
- d) Quando a lei exigir instrumento público como da substância do ato, sua falta poderá ser suprida por documento particular, assinado pelas partes.
- e) A parte que impugnar a autenticidade ou suscitar a falsidade do documento poderá utilizar-se de alegação genérica de falsidade.

55. Considerando as disposições da Lei 9.099/95, que trata dos Juizados Especiais Cíveis, assinale a alternativa incorreta

- a) A assistência por advogado é obrigatória.
- b) O Juizado Especial Cível tem competência para conciliação, processo e julgamento das causas cíveis de menor complexidade.
- c) Compete ao Juizado Especial promover a execução dos seus julgados.
- d) O mandato ao advogado poderá ser verbal, salvo quanto aos poderes especiais
- e) Não é admissível a citação por edital.

DIREITO PROCESSUAL PENAL*Renan Araújo*

56. No que se refere ao inquérito policial e à ação penal, assinale a alternativa correta:

- a) Em regra, o inquérito policial deverá se encerrar em até 15 dias, caso esteja preso o indiciado
- b) O MP, por ser o titular da ação penal, pode requisitar a instauração do inquérito policial, realizar diretamente as diligências e presidir o inquérito.
- c) Tendo sido arquivado o inquérito policial por falta de justa causa para a denúncia, não pode a ação penal ser iniciada sem novas provas.
- d) Por se tratar de demanda em que há interesse meramente privado, não pode o Ministério Público aditar a queixa-crime nos casos de exclusiva ação penal privada.
- e) O direito de queixa somente passa aos sucessores na hipótese de morte do ofendido.

57. Flávio, residente no Recife-PE, clonou o número de celular de Bruno e, se fazendo passar por este, enviou mensagem via *WhatsApp* para um dos contatos deste, Mauro, residente em São Paulo-SP, pedindo um empréstimo de R\$ 5.000,00, prometendo pagar no mês seguinte. Mauro, acreditando na fraude, transferiu o dinheiro, via PIX, para a conta indicada pelo infrator. A agência bancária que gere a conta recebedora do dinheiro está sediada em Salvador-BA. Três dias depois, Flávio compareceu a um caixa eletrônico em Curitiba-PR e sacou os valores.

Nesse caso, será competente para processar e julgar o delito o foro da comarca de:

- a) Curitiba-PR, local do recebimento da vantagem indevida
- b) Recife-PE, local de residência do infrator
- c) Salvador-BA, local sede da agência bancária
- d) São Paulo-SP, local de residência da vítima
- e) qualquer das comarcas citadas anteriormente, firmando-se pela prevenção.

58. Acerca do tema de provas e do tema de prisão, analise as assertivas a seguir, com base no CPP e na Jurisprudência do STJ:

- I – É ilícita a prova colhida mediante acesso aos dados armazenados no aparelho celular, relativos a mensagens de texto, SMS, conversas por meio de aplicativos (WhatsApp), e obtida diretamente pela polícia, sem prévia autorização judicial.
- II – A falta de comunicação ao acusado sobre o direito de permanecer em silêncio é causa de nulidade relativa.
- III – Por não ser cabível a decretação da prisão preventiva ex officio, o STJ entende que também não é possível a conversão da prisão em flagrante em prisão preventiva ex officio.
- IV – Ultrapassado o prazo de 90 dias sem que tenha havido a reavaliação ex officio da prisão preventiva decretada, há reconhecimento da ilegalidade automática da prisão, com a consequente liberação do custodiado.

Está correto APENAS o que se afirma em:

- a) I e II
- b) I, II e III
- c) II e III
- d) I e IV
- e) II e IV

59. Acerca do desaforamento no rito do Júri, assinale a alternativa INCORRETA:

- a) O pedido de desaforamento será distribuído imediatamente, mas não terá preferência de julgamento na Câmara ou Turma competente.
- b) Sendo relevantes os motivos alegados, o relator poderá determinar, fundamentadamente, a suspensão do julgamento pelo júri.
- c) O juiz presidente do Júri pode representar pelo desaforamento.
- d) O desaforamento poderá ser requerido pelo assistente de acusação, bem como pelo querelante.
- e) O desaforamento poderá ser determinado, em razão do comprovado excesso de serviço, ouvidos o juiz presidente e a parte contrária, se o julgamento não puder ser realizado no prazo de 06 meses, contado do trânsito em julgado da decisão de pronúncia.

60. Thiago foi denunciado pelo Ministério Público da Bahia (MPBA) pela prática do crime de omissão de socorro (pena: detenção, de um a seis meses, ou multa). Porém, o Juízo do competente Juizado Especial Criminal, ao analisar a inicial acusatória, entendeu que não havia prova da existência do crime. O Juiz, então, rejeitou a inicial acusatória.

Nessa hipótese, caso não concorde com a decisão, o membro do MP deverá interpor:

- a) recurso de apelação, no prazo de 05 dias
- b) recurso de apelação, no prazo de 20 dias
- c) recurso em sentido estrito, no prazo de 10 dias
- d) recurso em sentido estrito, no prazo de 05 dias
- e) recurso de apelação, no prazo de 10 dias

NÃO É ASSINANTE?

Confira nossos planos, tenha acesso a milhares de cursos e participe gratuitamente dos projetos exclusivos. Clique no link!

<https://bit.ly/Estrategia-Assinaturas>

CONHEÇA NOSSO SISTEMA DE QUESTÕES

Estratégia Questões nasceu maior do que todos os concorrentes, com mais questões cadastradas e mais soluções por professores. Clique no link e conheça!

<https://bit.ly/Sistemas-de-Questões>
